## PROJETO DE LEI Nº 2148 de 2015

Estabelece diretrizes para a criação do Sistema Brasileiro de Registro e Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBRC-GEE), seus objetivos e mecanismos de implementação com base na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009 e da outras providências.

## EMENDA DE PLENÁRIO Nº DE 2023

Insira-se ao art. 1º do substitutivo de Plenário o seguinte parágrafo 2º.

"Art. 1°.	 	 	 

§ 2º Para os fins desta Lei, não se consideram atividades, fontes ou instalações reguladas, não se submetendo a obrigações impostas no âmbito do SBCE, a produção primária agropecuária, bioenergias e energias renováveis, bem como bens, benfeitorias e infraestruturas no interior de imóveis a elas diretamente associados."

## **JUSTIFICATIVA**

Esta emenda visa a exclusão das atividades de geração de energia e combustíveis renováveis hidrogênio, SAF, HVO, etanol, eólica, solar, entre outras, no sistema regulado de controle e limitações de emissões. Exclusão também das emissões associadas a bens, máquinas, equipamentos, benfeitorias, processo, atividades e infraestrutura na cadeira produtiva das energias renováveis, do Plano Nacional de Alocação. Estabelecimento da possibilidade das atividades de energia renovável gerar créditos de carbono para SBCE.

Considerando que a descarbonização traz a necessidade da ampliação em larga escala do uso de energias e combustíveis renováveis, desta forma incentivos devem ser adotados ao invés de ainda maiores encargos e limitações que dificultem seu avanço.

A alteração se faz necessária para incentivar e não limitar o uso de energias e





Sala da sessão, em

de

de 2023.

## Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO



